

PLANO E MEMÓRIA DE REUNIÃO
1. PLANO DE REUNIÃO
TEMA – ASSUNTO PRINCIPAL DA REUNIÃO

Reunião do Grupo Técnico de Sistematização de Informações Contábeis e Fiscais - GTSIS

Nº	OBJETIVOS ESPECIFICOS
	Abertura
	Histórico da Criação do GTSIS
	Contextualização do momento da Contabilidade Pública no Brasil
1.	Painel Portal da Transparência
1.1	Portal da transparência – Experiência da União
1.2	Portal da Transparência – Experiência do Estado de Santa Catarina

2. MEMÓRIA DE REUNIÃO (ATA)

Data	Hora (início)	Hora (término)	Relator
01/06/2011	09h00	12h00	Aldemir/Joaquim

COORDENADOR DO GRUPO TÉCNICO DE SISTEMATIZAÇÃO DE INFORMAÇÕES CONTÁBEIS E FISCAIS - GTSIS

José Airton Lacerda de Jesus

PARTICIPANTES
Titulares

Nome	ÓRGÃO	Nome	ÓRGÃO
Angelita da Mota Ayres Rodrigues	CJF	Luciene de Fátima Carvalho	
Antonio Carlos Mantuano	IBGE	Teodoro	ATRICON
Carlos Magno Ferreira	DESD/SE/MS	Márcio Nunes de Resende	DRPSP/SPS/MPS
Celso Roberto de Souza	SERPRO	Mayrislandes Aparecida Coura	CGU
Cristina Pimenta Nunes	ABRASF	Núbia Moreira dos Santos	SLTI
Eduardo Campos Gomes	CNJ	Paulo César da Fonseca Malheiro	FNDE
Fábio Alexandre de Araújo Lima	COSIS/STN	Paulo Roberto Riccioni Gonçalves	ATRICON
Fernando de Macedo Duarte	IRB	Ricardo Rocha de Azevedo	ABM
Fernando Martini Zucuni	IRB	Roberto Coutinho	IRB
Gilmar de Jesus Barros	ABM	Rodrigo Santos de Paula	CGU
Guilherme Ceccato	COPEM/STN	Romeu Bizó Drumond	MPF
Igor Vidal Araújo	CNMP	Ruy Takeo Takahashi	COREM/STN
Ivone dos Santos Silva	CNM	Tadeu Lage	GEFIN
José Airton Lacerda de Jesus	CCONF/STN	Valtair Lacerda dos Santos	CNM
Juliana Rocha Munita Moreira	SLTI	Vera Lúcia Hawerth Santana	GEFIN

Suplentes

Nome	ÓRGÃO	Nome	ÓRGÃO
Ângela Maria Francisco de Paula	IBGE	José Walber Medeiros de Soares Sousa	GEFIN
Bruno Ramos Mangualde	CCONF/STN	Paulo Roberto Oliveira de Melo	ATRICON
Cleiton Amaury da Cruz Dias	CNMP	Rômulo Veira de Faria	SOF
Daniel Carneiro de Aguiar	MPF	Simone Nishida Pereira	ABRASF
Daniel Gerheim Souza Dias	CNJ	Walter Luiz da Costa	GEFIN
João Eudes Bezerra Filho	CFC		

Assessores Técnicos

Nome	ÓRGÃO	Nome	ÓRGÃO
Alan Morato	CNJ	Jeferson Francisco da Silva	ABM
Albert Nunes Tomimatsu	SLTI	Joaquim Batista de Araújo	CCONF/STN
Aldemir Nunes da Cunha	CCONF/STN	Lourivaldo José da Cruz	CCONF/STN
Allan Cardoso de Carvalho	MPF	Maria Alice Duraes de Araújo	ABRASF
Carla Ribeiro Alves Marques	SERPRO	Paulo Massaru Uesugi Sugiura	ATRICON

Convidados

Nome	ÓRGÃO	Nome	ÓRGÃO
Adriana Furtado dos Santos	SEFAZ/ES	Jacques Luiz Cardoso Ramos	E&L Software
Adriane Cristiane Kowaski Jordão	Prefeitura/PR	João Barbosa França	SEPLAN/GDF
Alex Fabiane Teixeira	CCONF/STN	José Marilson Martins Dantas	UnB
Allan Cardoso de Albuquerque	TCE/RO	José Romilso da Silva	Betha Sistemas
Allan Jonson Piccini	Betha Sistemas	Jussara Maria de Miranda	
Arquimedes José Nogueira Fontes	Unimix Tecnologia	Travassos	ITEC/AL

Cassiano Lhopes Moreno Cláudia Magalhães Dias Rabelo de Sousa Elane Silva Ataides Elisângela Carli de Albuquerque Fabiana Ferreira Pascoaloto Fabiane Spall da Silva Fernando Carlos Cardoso Almeida Gilmar Martins de Carvalho Santiago Gislene da Silva Santos Hennyha Nunes Lemos	STAF Tecnologia CCONF/STN TCE/TO Prefeitura/RS CRC/SP Prefeitura/RS CRC/BA GEFIN Prefeitura/SP TCM/CE	Licardino Siqueira Pires Marcus José de Caldas Bandeira Renato Pontes Dias Roberto Kodama Rogério Ewald Wallace Zloczowick Maia Walter Lindomar Braun Welson Baptista de Salles Junior Wilson Ferreira Júnior	TCE/GO ITEC/AL CCONF/STN CGU E&L Software Logus Tecnologia E&L Software SEFAZ/RJ TCE/GO
---	--	---	---

ASSUNTOS EM PAUTA/DESENVOLVIMENTO E CONCLUSÃO:

O Sr. José Airton, coordenador do GTSIS, iniciou a reunião, desejando um bom dia a todos e passou a palavra ao Sr. Gilvan da Silva Dantas, Subsecretário de Contabilidade Pública da STN, para abertura do GTSIS. O Sr. Gilvan abriu a reunião dando as boas vindas aos representantes do GTSIS, destacando a importância do debate e do envolvimento dos entes federativos na consolidação dos temas. Destacou que o objetivo do GTSIS é aproximar a STN dos órgãos setoriais da União, órgãos de controle, a SOF, e os Estados e Municípios. Afirmou que as conclusões dos grupos técnicos têm sido um importante subsídio para a STN conduzir o progresso das finanças e da contabilidade pública, através do GTCO e GTREL. Também relatou a importância dos sistemas de informações para a transparência e consolidação das contas públicas. Destacou o apoio que o Secretário da STN está dando ao GTSIS. Logo após, passou a palavra ao Coordenador-Geral de Normas de Contabilidade Aplicadas à Federação, Sr. Paulo Henrique Feijó. O Coordenador-Geral levantou algumas questões administrativas, solicitando desculpas pelo atraso do material disponibilizado no sítio da STN, passando em seguida a palavra a Sra. Selene Peres, representante da STN. A Sra. Selene apresentou seu trabalho, Histórico da criação do GTSIS, onde discorreu sobre os marcos legais relacionados à transparência, sistemas e padrões exigidos pela LRF, e a necessidade de criação do GTSIS. Em relação ao Portal da Transparência, a palestrante relatou que houve uma discussão muito grande sobre a dimensão do referido portal. Relatou que o Decreto 7185/2010 e Portaria 548/2010, que estabeleceram os padrões mínimos do Governo Federal trouxeram conceitos gerais, como o conceito de sistema integrado, respondendo a uma dúvida antiga sobre o que é integração de informação, tendo dado exemplo de que algumas pessoas pensam que integração de informações é colocar todas as informações em um único local, quando na verdade, o sistema integrado é a solução de tecnologia da informação que, funcionando em conjunto, suportam a execução orçamentária, financeira e contábil e a geração de relatórios e demonstrativos. Outra definição trazida pela legislação foi a de tempo real, que é o primeiro dia útil subsequente à data do registro contábil. Meio eletrônico de amplo acesso público: internet, sem cadastramento de usuários ou senhas. Usuário: responsável pela qualidade e veracidade dos dados introduzidos no SIAFIC. Em relação à LC 131/2009, a palestrante lembrou que a lei teve a preocupação não somente com a arrecadação da Receita, mas também com o Lançamento e o seu relacionamento com o princípio da competência. Informou que o registro de operações, requisitado pela portaria 548/2010, do Ministério da Fazenda, foi uma exigência de alguns Tribunais de Contas. Citou ainda que uma das grandes discussões em relação à Portaria 548/2010 foi a inalterabilidade dos registros. Outro aspecto importante foram as normas de encerramento. Esclareceu que a necessidade de processamento de entradas, processamentos e saídas, exigidos pela legislação, levou à criação do GTSIS. Esclareceu que a criação do GTSIS teria caráter consultivo e transparente. Que os três grupos teria o objetivo de reduzir divergências, em benefício da transparência da gestão fiscal, da racionalização de custos nos entes da Federação e do controle social. Que seriam atribuições do GTSIS diagnosticar e estudar a harmonização das regras de funcionalidades do SIAFIC dos entes, apreciar as minutas do MSICSP, identificar necessidades de treinamentos, além de materiais didáticos, examinar minutas de legislação e normas relacionadas, além de outras funções relacionadas à harmonização dos SIAFIC. Teríamos os três manuais (MSICSP, MDF e MCASP), que estariam à disposição do público, através da internet. Após a conclusão da apresentação da Sra. Selene Peres, o Sr. José Airton passou a palavra ao Sr. Paulo Henrique Feijó para falar sobre a Contextualização do momento da Contabilidade Pública. O Sr. Paulo Henrique Feijó explicou que o GTCO e GTREL discutem conceitos e que o GTSIS foi desenvolvido para por em prática, através dos sistemas, o fruto dos outros dois GT's. Que o ambiente do GT seria para quem quisesse quebrar paradigmas. Contextualizou o atual estágio da Contabilidade Pública e sua vinculação com os sistemas necessários ao atendimento das exigências legais para sistemas e transparência. Relatou a evolução da contabilidade pública, desde o advento da Lei 4320/64, passando pela criação da STN, SIAFI, LRF. Em 2008, o grande marco foi a Portaria nº 184, exigindo não a contabilidade orçamentária, mas sim a patrimonial. Em 2009, o marco foi a consolidação do MCASP. O marco de 2011, serão as Ipsas traduzidas. O Sr. Paulo Henrique informou que bons sistemas apoiam uma boa contabilidade, porém sozinhos, não fazem uma boa contabilidade e que o objetivo do trabalho dos três grupos (GTCO, GTREL e GTSIS) seria fazer com que o Brasil tivesse padrões de Contabilidade, hoje executadas por países

desenvolvidos. Que a mudança na contabilidade só seria possível com o foco nos três pilares existentes: primeiro, normas e orientações (processo de convergência e processo do MCASP); segundo, profissionais. Que a STN não é o dono da verdade, que a secretaria precisa do conhecimento prático dos Estados e municípios, bem como as entidades representativas, como apoio. Terceiro, sistemas informatizados, com iniciativa da SLTI, através da disponibilização no sítio do software público, do e-Cidade, um software focado em gestão e questões orçamentárias, financeiras e contábeis, para municípios. Falou sobre as regras básicas de integridade e a sua ligação com os sistemas de informação. O Sr. Paulo Henrique explicou que na visão estratégica das ações da contabilidade, destaca-se o surgimento de um sistema chamado Siconfi Brasil, que irá substituir o Sistrn. Ele é um grande sistema de consolidação de informações contábeis e fiscais do setor público brasileiro. Definiu onde está regulamentado o Siafic e o Portal. O primeiro é regulamentado pelo inciso 3º do artigo 48 da LC 131, enquanto o segundo é regulamentado pelo inciso 2º do mesmo artigo, da mesma Lei.

1. Painel Portal da Transparência. 1.1 - Portal da transparência – Experiência da União (Rodrigo Santos de Paula, Controladoria Geral da União). O Sr. Rodrigo Santos agradeceu à STN pelo convite e começou a apresentação sobre o portal da transparência, no que tange à LC 131. Relatou que um dos pontos do sucesso do projeto do Portal da Transparência ad CGU se deve à diferença de perfis que compõem o grupo de trabalho do Portal (contadores, analistas de TI, gestores na parte de transparência, assessoria de comunicação). Explicou que os objetivos do Portal da Transparência são o controle social, melhoramento da gestão pública, inibição da corrupção e legitimação da ação pública. Estes objetivos tem públicos diferentes (jornalistas, cidadão comum, ong, gestores), portanto, um dos desafios do referido portal é lidar com estas diferentes informações para estes públicos. Informou que a transparência pública já era objeto desde a Constituição e que sobre a LC 131 e o portal da transparência, a CGU criou um banner com perguntas e respostas, para esclarecer dúvidas dos usuários. Além disso, a CGU teria um projeto cujo objetivo seria a de disponibilizar um portal da transparência, para que os municípios expusessem suas contas, cumprido assim a determinação da LC 131/2009. O Sr. Rodrigo Santos informou que já existem conversas com a STN e Ministério do Planejamento, no intuito de ser feita uma parceria para a disponibilização deste portal para os municípios. Falou sobre o projeto de lei 219-c/2003 (Lei de acesso à informação), que está em tramitação. Informou que o referido projeto de lei dá prazos para que o cidadão tenha a informação solicitada em um determinado prazo estabelecido (transparência passiva) e haveria também no referido projeto de Lei, a transparência ativa, que seria o governo oferecer a informação sem que tenha sido solicitado e que esta lei virá com um prazo curto para aplicabilidade (6 meses). A Lei de acesso à informação definirá como as informações deverão ser disponibilizadas na internet. Logo após, O Sr. Rodrigo Santos falou sobre o Portal da Transparência, onde explicitou, de forma prática, item a item do referido portal, no sítio. Informou que os desafios enfrentados em relação à Lei Complementar 131 foram a periodicidade diária, sua amplitude, entender a complexidade do SIAFI para extrair o dado necessário, facilitar o entendimento do dado ao usuário final. O palestrante informou que as dificuldades seriam a inexistência de um dicionário de dados do Siafi; a vinculação indireta entre documentos de empenho, liquidação e pagamento; as notas de sistemas com múltiplas finalidades; o tratamento do documento, na fase de empenho, da folha de pagamento; e a inexistência de marcação de sigilo do Siafi. Ele informou que este último dado preocupa, inclusive, sob o aspecto da lei de acesso à informação. Em relação aos dados abertos governamentais (publicação de dados na internet, em formatos específicos), o Sr. Rodrigo Santos informou que existe um esforço do governo federal para disponibilização destes dados. Finalizou sua apresentação, passando em seguida à palestra sobre Portal da Transparência: a Experiência do Estado de Santa Catarina.

1.2 - Portal da transparência – Experiência do Estado de Santa Catarina (Adriano de Souza Pereira, SEF/SC). O Sr. Adriano de Souza explicou sobre os dados administrativos do estado de Santa Catarina e logo após demonstrou o que foi feito no estado para atender a Lei Complementar 131/2009. Ele informou que houve o trabalho em duas frentes: o desenvolvimento do sistema integrado de gestão e a disponibilização gradativa da informação e consulta, pela internet. Em relação ao SIGEF (Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal do Estado de Santa Catarina), O Sr. Adriano de Souza informou que a Fazenda de Santa Catarina é responsável por dois grandes sistemas do estado: o sistema de arrecadação tributária, gerenciado pela área de fiscalização e o SIGEF, desenvolvido e coordenado pela Diretoria de Contabilidade Geral da Fazenda. Sobre a implantação, informou que em 2009 entraram no ar os módulos prioritários (execução orçamentária-financeira e a contabilidade). O sistema seria utilizado por todos os órgãos do estado, inclusive os demais poderes (legislativo e judiciário). Demonstrou o que se tem no SIGEF: elaboração da proposta orçamentária; execução orçamentária e financeira; contabilidade. Em relação à transparência das transações, informou que mesmo antes da LC 131/2009, o Estado já havia disponibilizado o Balanço Geral do Estado (desde 2003), Relatório de Gestão Fiscal – RGF (desde 2002); Relatório de Resultado da Execução Orçamentária – RREO (desde 2002). Demonstrou como o estado divulgou o Balanço Geral do Estado (exercício 2010), seguindo exemplos de modelos de empresas privadas, de capital aberto, como também nos manuais técnicos da STN (MCASP), onde se buscou a convergência com as normas internacionais. Relatou que após a LC 131/2009, o estado de Santa Catarina disponibilizou uma consulta aos pagamentos realizados, por Credor, em 2009. A ideia, em relação à consulta

